

# **Demonstrações Financeiras**

## **Instituto Minas Pela Paz - IMPP**

31 de dezembro de 2014 e 2013  
com Relatório dos auditores independentes

# Instituto Minas pela Paz

## Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

### Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras ..... 1

#### Demonstrações financeiras auditadas

Balancos patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados.....	4
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	8

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Associados do  
**Instituto Minas Pela Paz - IMPP**  
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Minas Pela Paz - IMPP (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do superávit, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Instituto. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras**

Até março de 2011, o Instituto manteve profissional contratado na forma de empresa uniprofissional de consultoria, com característica de exclusividade, habitualidade e subordinação, que atuava na prestação de serviços administrativos. Tal relação expõe o Instituto a contingências de natureza trabalhista e previdenciária, por poder se caracterizar como relação de emprego. Em decorrência do exposto, a provisão para riscos bem como o superávit do exercício estão a menor em R\$76 mil.

## **Opinião com ressalva**

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos relativos ao assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Minas Pela Paz em 31 de dezembro de 2014, o superávit de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002).

## **Outros assuntos**

### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 05 de abril de 2012, contendo ressalva por limitação de escopo quanto à quantificação dos efeitos do assunto apresentado no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras” acima, e ênfase sobre a imunidade tributária do Instituto.

Belo Horizonte, 20 de março de 2014

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Luciana F. Barbosa  
Contadora 1CRC MG068775/O-9

## Instituto Minas pela Paz

Balancos patrimoniais  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Valores expressos em Reais)

	<b>Nota</b>	2014	2013
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	<b>611.811</b>	415.544
Aplicações financeiras - valores vinculados	4	<b>157.765</b>	595.540
Adiantamentos diversos	5	<b>15.512</b>	37.625
		<b>785.088</b>	1.048.709
Ativo não circulante			
Imobilizado	6	<b>10.548</b>	14.709
Intangível		<b>382</b>	-
		<b>10.930</b>	14.709
Total do ativo		<b>796.018</b>	1.063.418
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	7	<b>4.650</b>	282.822
Impostos e contribuições a recolher	8	<b>18.642</b>	16.358
Provisões trabalhistas e encargos sociais	9	<b>82.215</b>	93.878
Recursos de projetos	10	<b>157.765</b>	227.219
Outras contas a pagar		<b>13.443</b>	8.324
		<b>276.715</b>	628.601
Patrimônio líquido	11		
Patrimônio social		<b>434.817</b>	606.477
Superávit (déficit) do exercício		<b>84.486</b>	(171.660)
		<b>519.303</b>	434.817
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>796.018</b>	1.063.418

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Instituto Minas pela Paz

Demonstrações dos resultados  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Valores expressos em Reais)

	<b>Nota</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Receitas operacionais:			
Contribuições de pessoas jurídicas	12	<b>1.192.550</b>	747.000
Receitas de gratuidades	12	<b>377.388</b>	397.961
Recursos de projetos	10	<b>105.343</b>	1.287.908
		<b>1.675.281</b>	2.432.869
Despesas operacionais:			
Despesas com projetos	13	<b>(984.280)</b>	(1.974.265)
Despesas administrativas	14	<b>(653.304)</b>	(718.912)
Despesas tributárias		<b>(2.024)</b>	(260)
Superávit(déficit) antes do resultado financeiro		<b>35.673</b>	(260.568)
Resultado financeiro, líquido	15	<b>48.813</b>	88.908
Superávit(déficit) do exercício		<b>84.486</b>	(171.660)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Instituto Minas pela Paz

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Valores expressos em Reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Superávit(déficit) do exercício	<b>84.486</b>	(171.660)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<b>84.486</b>	<b>(171.660)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Instituto Minas pela Paz

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Valores expressos em Reais)

	<b>Patrimônio social</b>	<b>Déficit (superávit) Acumulado</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	424.481	181.996	606.477
Déficit do exercício	-	(171.660)	(171.660)
Transferência para o patrimônio social	181.996	(181.996)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<b>606.477</b>	<b>(171.660)</b>	<b>434.817</b>
Superávit do exercício	-	<b>84.486</b>	<b>84.486</b>
Transferência para o patrimônio social	<b>(171.660)</b>	<b>171.660</b>	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<b>434.817</b>	<b>84.486</b>	<b>519.303</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Instituto Minas pela Paz

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Valores expressos em Reais)

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	<b>84.486</b>	(171.660)
Ajustes ao (déficit) superávit do exercício:		
Depreciação / amortização	<b>4.202</b>	3.776
	<b>88.688</b>	(167.884)
Variações em ativos e passivos operacionais:		
(Aumento) redução em adiantamentos	<b>22.113</b>	(12.243)
Redução em créditos a receber	-	3.161
Redução em fornecedores	<b>(278.172)</b>	246.490
Aumento em impostos e contribuições a recolher	<b>2.284</b>	8.125
Redução em provisões trabalhistas e encargos sociais	<b>(11.663)</b>	36.477
Redução em recursos de projetos	<b>(69.454)</b>	(965.138)
Aumento em outras contas a pagar	<b>5.119</b>	564
	<b>(329.773)</b>	(682.564)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<b>(241.085)</b>	(850.448)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
(Aumento) redução em aplicações financeiras	<b>437.775</b>	596.817
Adições ao imobilizado	<b>(423)</b>	(5.486)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	<b>437.352</b>	591.331
(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<b>196.267</b>	(259.117)
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	<b>415.544</b>	674.661
No fim do exercício	<b>611.811</b>	415.544
(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<b>196.267</b>	(259.117)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto Operacional

O Instituto Minas Pela Paz ( “Instituto” ou “IMPP”) constituído em 2 de fevereiro de 2007, iniciou suas operações em 5 de março de 2007, e é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, criado por iniciativa de empresas e entidades de grande renome e atuação no cenário econômico nacional.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foi aprovado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, o processo que regulamenta o IMPP como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, na esfera estadual. Tornando-se uma OSCIP, o Instituto está apto a estabelecer termos de parcerias com o poder público e o controle social é feito através de uma contínua prestação de contas.

O Instituto tem por finalidade promover a cultura de paz, por meio da inclusão social, em vista da transformação da vida de pessoas socialmente vulneráveis. Para cumprimento de suas finalidades, o Instituto observa os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, e pode desenvolver as seguintes atividades, sem conotação político-partidária:

- Formular, propor e acompanhar, junto à sociedade civil, programas de prevenção e redução da violência e da criminalidade;
- Desenvolver iniciativas que visem a aumentar a eficácia dos agentes de controle da violência e a confiabilidade nas instituições de Segurança Pública e Justiça, incluindo também, entre estas, o desenvolvimento de programas para a melhoria do desempenho dos recursos responsáveis pela redução da violência e da criminalidade;
- Promover ações para diminuir a criminalidade e recuperar a dignidade e civilidade dos cidadãos;
- Realizar serviços de apoio à execução e supervisão do trabalho, bem como à capacitação institucional e dos quadros funcionais, nas entidades incumbidas de elaborar e executar políticas públicas especialmente ligadas à prevenção da criminalidade e ao combate à violência;
- Colaborar na articulação dos entes políticos para a disseminação de dados e troca de experiências;
- Atuar em projetos de cooperação técnica e institucional nos planos nacional e internacional, nas áreas de sua especialidade;
- Articular, apoiar e disseminar as ações de entidades que já tenham programas na área de prevenção da violência;
- Promover outras atividades necessárias ao cumprimento dos objetivos sociais; e
- Promover a assistência social através da integração ao mercado de trabalho.

Seus fundadores e contribuintes colaboram de forma efetiva visando o cumprimento dos objetivos do IMPP, mediante contribuições financeiras para o desenvolvimento de projetos específicos e para a manutenção das atividades operacionais do IMPP, bem como mediante contribuição de conhecimento técnico na consecução de tais projetos.

# Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto Operacional--Continuação

Por não distribuir os superávits apurados (os quais são aplicados integralmente em suas atividades), não remunerar os membros de seus conselhos, e cumprir outros aspectos requeridos na legislação, o Instituto é imune a impostos federais, estaduais e municipais sobre as suas operações, no que se refere ao seu patrimônio, renda e serviços para o desenvolvimento de seus objetivos, atendendo aos requisitos legais que asseguram esta imunidade.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

### Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras do Instituto foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Fiscal em 23 de março de 2015.

### Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2014

As normas e alterações que se aplicam pela primeira vez em 2014 não trouxeram efeitos significativos às demonstrações financeiras da Sociedade.

### Pronunciamentos emitidos e que não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2014

#### IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substituiu a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros do IMPP, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos seus passivos financeiros.

## Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita.

A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil. O IMPP irá avaliar o impacto da IFRS 15 e planeja adotar a nova norma na data de entrada em vigor.

O IMPP não espera impactos materiais em suas demonstrações financeiras advindos dos pronunciamentos emitidos e que não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2014.

As principais práticas contábeis adotadas pelo IMPP são como segue:

#### **2.1. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até 90 dias em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

As aplicações financeiras referem-se a recursos vinculados a projetos específicos, conforme mencionado na nota nº 4. Estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o valor de mercado.

## Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado. A depreciação é calculada pelo método linear e sua vida útil estimada em anos é demonstrada no quadro abaixo:

	<u>2014 e 2013</u>
	Anos
Equipamentos de informática	5
Móveis e utensílios	10

Os custos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos e todos os outros reparos e manutenções realizados nos ativos imobilizados são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

### 2.3. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração do Instituto revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, inclusive as unidades geradoras de caixa, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### 2.4. Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

## **Instituto Minas Pela Paz - IMPP**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### **2.4. Provisões--Continuação**

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, por exemplo, por força de um contrato de seguro, um ativo é reconhecido se, e somente se o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

#### **2.5. Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### **2.6. Apurações do superávit do exercício**

As contribuições recebidas em espécie para custeio dos projetos são reconhecidas pelo regime de caixa, já que, por não representarem um compromisso por parte das empresas e fundações que as realizam, seu reconhecimento ocorre quando do recebimento pelo Instituto. As despesas e as demais receitas são reconhecidas pelo regime de competência. Todas as despesas relacionadas com as contribuições para os projetos e programas, incorridas e registradas, são previamente aprovadas pelos órgãos da administração.

Os recursos de projetos são apropriados mensalmente ao resultado do exercício e de acordo com o regime de competência, calculados pelo percentual da execução de cada projeto, com base na relação existente entre o custo orçado e custo incorrido.

#### **2.7. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto.

## Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis do Instituto, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis do Instituto e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

i) Vida útil dos bens do imobilizado:

A administração entende que as taxas de depreciação utilizadas refletem substancialmente a vida útil econômica dos bens.

ii) Orçamento Contratual:

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.6, os recursos de projetos são apropriados ao resultado do exercício com base no percentual de execução, calculados com base na relação percentual entre o custo incorrido e o custo orçado. Estes orçamentos de custos são revisados, no mínimo, anualmente e refletem a melhor estimativa da Administração do Instituto dos custos necessários a serem incorridos na execução dos projetos.

iii) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros:

Para determinar a necessidade de redução do valor recuperável dos ativos, o Instituto avalia ao fim de cada período se há alguma indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização, por meio de indicadores externos e internos. Se houver qualquer evidência, é realizada uma estimativa do valor recuperável das unidades geradoras de caixa e o montante é reconhecido imediatamente no resultado.

Durante o exercício corrente, o Instituto julgou não haver evidências de desvalorização que possam comprometer o valor registrado dos seus ativos e, por este motivo, não foi reconhecida nenhuma provisão para redução ao valor recuperável sobre os ativos.

## Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

#### Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa	1.000	1.000
Conta movimento	16.102	18.705
Aplicação financeira (i)	594.709	395.839
	<u>611.811</u>	<u>415.544</u>

#### Aplicações financeiras

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Conta poupança automática (ii)	147.707	585.262
Aplicação financeira (ii)	10.058	10.278
	<u>157.765</u>	<u>595.540</u>

- (i) As aplicações financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. Referem-se, substancialmente, a recursos aplicados em CDB (Certificados de Depósito Bancário), com variação próxima ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que podem ser resgatados imediatamente sem penalidade de juros.
- (ii) Refere-se a recursos repassados por mantenedores para a aplicação no Projeto Acervos Museológicos que, enquanto não utilizadas pelo Instituto, são aplicados em conta específica diretamente vinculada à realização do referido projeto.

### 5. Adiantamentos diversos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Adiantamento de férias	15.512	16.695
Adiantamento de viagens	-	3.951
Fundação Dom Cabral (i)	-	16.979
	<u>15.512</u>	<u>37.625</u>

- (i) Refere-se a serviços profissionais contratados e ainda não prestados.



## Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Imobilizado

A movimentação do imobilizado é demonstrada a seguir:

	<b>Equipamentos de informática</b>	<b>Moveis e utensílios</b>	<b>Total</b>
Custos			
Saldo inicial em 31/12/2012	20.605	8.194	28.799
Adições	3.630	1.856	5.486
Saldo final em 31/12/2013	<b>24.235</b>	<b>10.050</b>	<b>34.285</b>
Adições	423	-	423
Reclassificação (i)	<b>(1.850)</b>	-	<b>(1.850)</b>
Saldo final em 31/12/2014	<b>22.808</b>	<b>10.050</b>	<b>32.858</b>
Depreciação			
Saldo inicial em 31/12/2012	(14.051)	(1.749)	(15.800)
Adições	(2.879)	(897)	(3.776)
Saldo final em 31/12/2013	<b>(16.930)</b>	<b>(2.646)</b>	<b>(19.576)</b>
Adições	<b>(2.827)</b>	<b>(1.005)</b>	<b>(3.832)</b>
Reclassificação (i)	1.098	-	1.098
Saldo final em 31/12/2014	<b>(18.659)</b>	<b>(3.651)</b>	<b>(22.310)</b>
Valor Residual			
Valor residual líquido em 31/12/2013	7.305	7.404	14.709
Valor residual líquido em 31/12/2014	<b>4.149</b>	<b>6.399</b>	<b>10.548</b>

(i) Foi realizada a reclassificação de valores que estavam no Imobilizado para correta classificação dentro do grupo de Intangível.

### 7. Fornecedores

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Fillet Serviços Editoriais Ltda	<b>1.456</b>	-
Fundação Dom Cabral	-	20.374
Margem 3 Comunicação Estratégica Ltda_EPP	-	110.513
Net Serviços de Comunicação S/A	<b>155</b>	-
Oi Móvel S/A	<b>913</b>	-
Saritur Santa Rita Transp.Urb. e Rodo.	-	96.189
Unimed Belo Horizonte	<b>1.770</b>	-
Zcom Ltda ME	-	43.210
Outros	<b>356</b>	12.536
	<b>4.650</b>	282.822

## Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Impostos e contribuições a recolher

Referem-se a encargos sociais e impostos a recolher retidos na contratação de serviços de terceiros, bem como outros como segue:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
IRRF - terceiros	<b>248</b>	1.618
Provisão imposto de renda sobre aplicações financeiras	<b>9.559</b>	2.947
ISS retido	<b>4.778</b>	8.288
INSS Terceiros	<b>2.933</b>	-
PIS sobre salários	<b>813</b>	395
PIS/COFINS/CSLL – terceiros	<b>311</b>	3.110
	<b>18.642</b>	16.358

### 9. Provisões trabalhistas e encargos sociais

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
INSS	<b>17.303</b>	12.803
INSS Terceiros	<b>1.429</b>	496
INSS retido - Cessão de mão de obra	-	2.919
FGTS	<b>5.545</b>	4.548
IRRF sobre folha de pagamento	<b>13.873</b>	9.566
Provisão de férias	<b>44.065</b>	63.546
	<b>82.215</b>	93.878

### 10. Recursos de projetos

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Receita a apropriar:		
Projeto Acervos Museológicos (i)	<b>157.765</b>	227.219
Receita contabilizada:		
Projeto Acervos Museológicos (i)	<b>87.968</b>	1.265.138
Projeto Além dos Muros (ii)	<b>17.375</b>	22.770
	<b>105.343</b>	1.287.908

(i) Projetos Acervos Museológicos:

Objetiva democratizar o acesso aos acervos culturais da região de Belo Horizonte através de um programa de visitação aos museus e é dirigido aos alunos do ensino fundamental da rede municipal de Belo Horizonte. Integra o projeto, a realização de um curso pós-graduação *latu sensu* para os professores, com ênfase em gestão de Projetos Culturais e Educacionais e sua integração. A avaliação será permanente culminando com uma olimpíada cultural.

## **Instituto Minas Pela Paz - IMPP**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **10. Recursos de projetos--Continuação**

(i) Projetos Acervos Museológicos--Continuação

Os recursos foram obtidos através da Lei Rouanet da FCA Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda. Contax S.A., Mineração Usiminas S.A., Grupo Gerdau e da Empresa Oi Móvel S.A..

(ii) Projeto Além dos Muros

O projeto foi apresentado à União Européia pela Fundação AVSI e IMPP e aprovado pelo Instrumento Europeu para Promoção da Democracia e dos Direitos Humanos. O objetivo do projeto é fortalecer a gestão das APACs (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), capacitar, recuperar e fomentar duas unidades produtivas.

Em 2014, o Instituto recebeu o montante de R\$17.375 da Fundação AVSI para aplicação no referido projeto (R\$22.770 em 2013), sendo a quantia aplicada integralmente no exercício corrente.

### **11. Patrimônio líquido**

As contribuições recebidas pelo IMPP são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais mencionados na nota explicativa nº1, bem como nos gastos despendidos em bens necessários ao seu funcionamento administrativo.

Superávit (déficit) acumulado – O valor do superávit (déficit) do exercício é registrado nessa rubrica e transferido para a conta patrimônio social após a aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho Fiscal.

## Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Receitas Operacionais

#### a) Contribuições de pessoas jurídicas

A arrecadação de fundos para gerir as ações de prevenção da violência e da criminalidade, inclusive por meio da implantação e incentivo a projetos culturais e sociais e outros que visem a estes objetivos, é oriunda de empresas do setor privado e de entidades que possuem ligação com o IMPP, como demonstrado a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
A&C Centro de Contatos	23.000	20.000
Alesat Combustíveis S/A	23.000	20.000
Automax Comercial LTDA	23.000	-
Algar S.A. Empreendimentos e Participações	23.000	20.000
Agtelecom Participações S/A	23.000	20.000
AngloGold Ashanti Brasil Mineração Ltda.	23.000	20.000
Arcelor Mittal Brasil S.A.	23.000	20.000
Banco BMG S.A.	23.000	20.000
Banco Mercantil do Brasil S/A	23.000	-
Celulose Nipo Brasileira S.A. – Cenibra	23.000	20.000
Cemig Distribuição S/A	23.000	-
Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira S.A.	23.000	20.000
Cia Brasileira de Metalurgia e Mineração	23.000	-
Coop.Central dos Produtos Rurais de MG Ltda-Itambé	23.000	-
Domingos Costa Indústria Alimentícia S.A. - Vilma Alimentos	23.000	20.000
Elba Equipamentos e Serviços S/A	23.000	-
Expresso Nepomuceno S/A	23.000	-
Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG	276.000	240.000
FCA Fiat Chrysler Participações Brasil S.A.	23.000	20.000
Fidens Engenharia S.A.	-	20.000
Gerdau Aço Minas S.A.	23.000	20.000
Grupo Santana	23.000	-
Grupo Tenco	23.000	-
Hospital Mater Dei S.A.	23.000	20.000
Líder Táxi Aéreo S.A.	23.000	20.000
MRV Empreendimentos S/A	23.000	20.000
Petronas Lubrificantes Brasil	23.000	20.000
Reta Engenharia LTDA	5.750	5.000
Rima Industrial S/A	-	20.000
Samarco Mineração S.A.	23.000	20.000
Sicepot MG	23.000	20.000
Supermix Concreto S.A.	23.000	20.000
Transamigos Transportes e Serviços	23.000	-
Tracbel S/A	11.500	-
Trena Terraplanagens	23.000	-
TRW Automotive Ltda	23.000	-
Túlio Lopes Arquitetura	2.300	2.000
Turin Transportes Ltda	23.000	-
Unimed BH - Instituto de Trabalho Médico	23.000	20.000
UTC Engenharia S/A	23.000	-
Vale S.A.	23.000	20.000
Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil	23.000	20.000
Vallourec Tubos do Brasil S/A	23.000	-
Vito Transportes Ltda	23.000	-
Vix Logística S/A	23.000	-
V&M do Brasil S.A.	-	20.000
	<u>1.192.550</u>	<u>747.000</u>

## Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Receitas Operacionais--Continuação

#### b) Receitas de gratuidades

Referem-se a serviços prestados de assessoria contábil e jurídica, auditoria das demonstrações financeiras e serviços de publicidade, sem cobrança de honorários, pela Fiat do Brasil S.A. e Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e Leo Burnett Publicidade Ltda. no montante de R\$ 116.425 R\$ 12.800 e R\$248.163 em 2014, respectivamente, conforme mencionado na nota nº14.

### 13. Despesas com projetos

Descrição por projeto social:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Projeto Acervos Museológicos	<b>(178.308)</b>	(1.265.138)
Projeto 181 – Disque denúncia (i)	<b>(213.779)</b>	(249.251)
Projeto Regresso (ii)	<b>(221.870)</b>	(288.677)
Projeto Além dos Muros	<b>(14.883)</b>	(9.407)
Projeto Esporte (iii)	<b>(166.686)</b>	(150.358)
Projeto Trampolim (iv)	<b>(39.925)</b>	(11.434)
Plano de comunicação(v)	<b>(148.829)</b>	-
	<b>(984.280)</b>	(1.974.265)
De recurso de projetos	<b>(105.343)</b>	(1.287.908)
De recurso próprio	<b>(878.937)</b>	(686.357)
	<b>(984.280)</b>	(1.974.265)

- (i) Projeto 181 – Disque Denúncia: Serviço unificado de recepção de denúncias com anonimato e sigilo absolutos que congrega a Secretaria de Estado de Defesa Social, Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e a sociedade civil. Através do Disque Denúncia as corporações compartilham informações com o objetivo de melhorar seus serviços de inteligência. O Disque Denúncia consiste na operação de uma central única de recepção, processamento e resposta de denúncias de crimes sinistros, que funciona através do tri-dígito 181.
- (ii) Projeto Regresso – O Projeto recesso surgiu após um longo estudo realizado pelo IMPP sobre o sistema prisional de Minas Gerais, que permitiu sugerir ao Governo de Minas uma subvenção econômica para incentivar a contratação de egressos do sistema prisional pelas empresas. Além de proporcionar a reinserção do egresso do sistema prisional no mercado de trabalho e na sociedade o Projeto Regresso visa reduzir os índices de reincidência criminal, da criminalidade e consequente reentrada no sistema prisional. O Projeto Regresso foi transformado em programa e o mesmo incorporou o Projeto recuperando, constituindo “Programa Regresso”.

## Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Despesas com projetos--Continuação

- (iii) Projeto Esporte – A ser desenvolvido com recursos das leis de incentivo ao Esporte, o projeto Futebol Minas Pela Paz visa à melhoria da educação e da consciência cidadã através da prática esportiva. Voltado a crianças de 09 a 14 anos, meninos e meninas, residentes em áreas de vulnerabilidade social de Belo Horizonte, nesta primeira fase o projeto acontecerá em cinco campos de várzea. Uma estrutura modular será construída em cada um deles para abrigar a infraestrutura necessária aos três pilares do projeto: esportivo, educacional e de formação cidadã, a serem desenvolvidos com apoio de equipe profissional e de estudantes universitários, além de ONGs e instituições parceiras.
- (iv) Projeto Trampolim – Tem como objetivo promover ações para inclusão social de jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e egressos, através da integração social e profissional.
- (v) Plano de Comunicação - O plano de comunicação do Minas Pela Paz tem como objetivo desenvolver estratégias e ações para ampliar a relevância do Minas Pela Paz, dando a ele a representatividade merecida por seu trabalho em prol da promoção da cultura de paz. Envolve ações específicas de relacionamento e comunicação social com as seguintes metas:
- potencializar o relacionamento do IMPP com seus *stakeholders*,
  - captar novos parceiros; e
  - ser uma referência para a sociedade nos temas de defesa social e desenvolvimento social.

As despesas dos projetos por natureza são como segue:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Projeto Acervos Museológicos</b>		
Consultoria administrativa	<b>(8.500)</b>	(160.500)
Serviços de terceiros	<b>(8.054)</b>	(722.520)
Viagens e hospedagens	-	(2.507)
Condução/transporte	<b>(160.002)</b>	(230.301)
Eventos	-	(21.000)
Premiação	-	(85.040)
Custo com pessoal	-	(35.398)
Telefone	<b>(1.199)</b>	-
Outras	<b>(553)</b>	(7.872)
	<b>(178.308)</b>	(1.265.138)
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Projeto 181 – Disque denúncia</b>		
Custo com pessoal	<b>(117.150)</b>	(151.755)
Assessoria de comunicação e imprensa	<b>(9.565)</b>	(12.936)
Consultoria de informática	<b>(80.185)</b>	(75.710)
Telefone	<b>(3.657)</b>	
Outras	<b>(3.222)</b>	(8.850)
	<b>(213.779)</b>	(249.251)

## Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Despesas com projetos--Continuação

	2014	2013
<b>Projeto Regresso</b>		
Custo com pessoal	(185.171)	(217.747)
Gastos com veículos	(4.455)	(4.878)
Viagens e hospedagens	(7.775)	(10.863)
Assessoria de comunicação e imprensa	(9.565)	(12.936)
Condução	(10.688)	(21.078)
Eventos	-	(9.195)
Propaganda. e publicidade	-	(4.071)
Outras	(4.216)	(7.909)
	<b>(221.870)</b>	<b>(288.677)</b>
	2014	2013
<b>Projeto Além dos Muros</b>		
Viagens e hospedagens	(1.886)	(1.151)
Gastos com condução	(2.307)	(3.986)
Telefone	(2.940)	(2.333)
Gastos com veículos	(5.771)	-
Outras	(1.979)	(1.937)
	<b>(14.883)</b>	<b>(9.407)</b>
	2014	2013
<b>Projeto Esporte</b>		
Custo com pessoal	(119.558)	(69.715)
Consultoria administrativa	(40.000)	-
Telefone	(1.000)	-
Fotocópias	(4.607)	-
Condução	(800)	-
Viagens e hospedagens	-	(2.044)
Material Escritório	-	(9.662)
Eventos	-	(7.355)
Plano de Comunicação	-	(60.000)
Outras	(721)	(1.581)
	<b>(166.686)</b>	<b>(150.358)</b>
	2014	2013
<b>Projeto Trampolim</b>		
Custo com pessoal	(27.482)	(8.777)
Condução	(1.017)	(811)
Telefone	(893)	-
Assessoria de comunicação e imprensa	(9.565)	-
Eventos	(136)	(773)
Propaganda e publicidade	-	(400)
Cursos, palestras	-	(500)
Outras	(832)	(173)
	<b>(39.925)</b>	<b>(11.434)</b>

## Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Despesas com projetos--Continuação

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Plano de Comunicação</b>		
Custo com pessoal	(123.561)	-
Condução	(1.848)	-
Telefone	(1.000)	-
Assessoria de Comunicação e Imprensa	(9.565)	-
Postagens, fotocópias e materiais de escritório	(3.261)	-
Propaganda e publicidade	(5.609)	-
Eventos	(998)	-
Outras	(2.987)	-
	<u>(148.829)</u>	<u>-</u>

### 14. Despesas Administrativas

As despesas administrativas referem-se, principalmente, aos gastos necessários à manutenção da estrutura administrativa do Instituto, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Custo com pessoal	(154.620)	(161.373)
Encargos sociais	(45.355)	(42.592)
Serviços de terceiros - gratuidade (i)	(377.388)	(397.961)
Consultoria administrativa	(16.979)	(34.524)
Consultoria de jurídica	(3.000)	-
Outros serviços de terceiros PJ	(6.915)	(804)
Postagens, fotocópias e materiais de escritório	(9.169)	(4.359)
Depreciação / amortização	(4.202)	(3.776)
Assessoria de comunicação e impressa	(9.565)	(19.063)
Eventos e feiras	-	(1.455)
Condução/transporte	(15.849)	(20.025)
Alimentação e Lanches	(2.659)	-
Viagens e Hospedagens	(1.790)	-
Outros	(5.813)	(32.980)
	<u>(653.304)</u>	<u>(718.912)</u>

- (i) Os serviços de terceiros – gratuidade referem-se a serviços de auditoria das demonstrações financeiras prestados gratuitamente pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., serviços de contabilidade e finanças prestados gratuitamente pela FCA Fiat Chrysler Participações Brasil S.A.. e serviços de publicidade prestados gratuitamente pela Leo Burnett Publicidade Ltda., também registrados como receitas de gratuidade, conforme mencionado na nota explicativa nº 12.b.



## Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Resultado Financeiro, líquido

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita financeira:		
Rendimento de aplicações financeiras	<b>49.925</b>	90.246
Descontos obtidos	<b>123</b>	5
	<b>50.048</b>	90.251
Despesas financeiras:		
Juros e multa de mora	<b>(652)</b>	(417)
Despesas bancárias	<b>(583)</b>	(922)
IOF	-	(4)
	<b>(1.235)</b>	(1.343)
Resultado financeiro, líquido	<b>48.813</b>	88.908

### 16. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros do Instituto encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e a administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas comparadas àquelas vigentes no mercado.

O Instituto não aplica em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de alto risco. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

As operações do Instituto estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

#### Risco financeiro

O Instituto está exposto a riscos relacionados a taxas de juros em função de aplicações financeiras vinculados ao CDI e ao rendimento da poupança. A administração dos riscos envolvidos nessas aplicações é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operações, determinação de limites e outras técnicas de acompanhamento das posições, desempenhadas por membros de sua Gerência Administrativa.

#### Risco de liquidez

O Instituto administra a liquidez do caixa, estabelecendo premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria

## CONSELHO DELIBERATIVO

Cledorvino Belini (Presidente)  
Olavo Machado Júnior(Vice-presidente)  
Luiz Alberto Garcia  
Francisco Sérgio Soares Cavalieri  
Hélcio Roberto Martins Guerra  
Otavio Marques de Azevedo  
Rubens Menin Teixeira de Souza  
Aguinaldo Diniz Filho  
Paulo Eduardo Rocha Brant  
Manoel Vitor de Mendonça Filho  
Ricardo Vescovi de Aragão  
Alexandre de Campos Lyra

## DIRETORIA

Marco Antônio Lage(Diretor Coordenador)  
Jedaias Jorge Salum (Diretor Vice Coordenador)  
Dirlene Rosana Taveira Correa (Diretora)  
Ana Gabriela Dias Cardoso(Diretora)  
Raffaele Peano(Diretor)

## SUPLÊNCIA DA DIRETORIA

Luis Antonio Rossi(Suplente)  
Alberto Wanderley Camisassa(Suplente)

## CONSELHO FISCAL

Denis Kleber Gomide Leite(Conselheiro)  
Gilson de Oliveira Carvalho (Conselheiro)  
Claudio Marcassa (Conselheiro)

## SUPLÊNCIA DO CONSELHO FISCAL

Paulo Ernesto Moraes (Suplente)  
Marcus Alberto Cabaleiro Fernandez(Suplente)  
Rogério Garchet Teixeira (Suplente)

## RESPONSÁVEL TÉCNICO

Marcelo de Menezes Vieira  
Contador - CRCMG 071724/O-1